

Nesta hora de desalento, um motivo para confiar.

Os sinais de alarme estão todos soando; só não os ouve quem não quer: em 1988, pela terceira vez em menos de uma década, o Brasil deixou de crescer; e a previsão oficial do IBGE é de uma nova queda do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) neste ano, o que vem confirmar definitivamente que 80 foi uma década perdida para nosso país. Vamos entrar nos anos 90 com uma economia e uma renda **per capita** menores do que tínhamos no início dos anos 80. Portanto, mais pobres. E com um agravante: um sistema econômico cada vez mais atrasado em relação aos países mais desenvolvidos do Ocidente e mesmo em relação às novas economias emergentes da Ásia.

"O presente está particularmente insuportável devido à ausência de uma visão de futuro capaz de dar esperanças aos brasileiros" — resume o empresário Paulo Cunha, presidente dos grupos Ultra e Oxitenio.

Uma das vertentes desta crise, como constatou o deputado paulista José Serra, está na falta, há dez anos, de uma política industrial no Brasil. Realmente, é absolutamente inviável planejar qualquer tipo de crescimento para um país sem que, no final do século XX, em plena era da revolução tecnológica, ele tenha uma política séria, positiva, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico. Não se promove o desenvolvimento com improvisações. E ninguém investe numa economia sem saber quais são as prioridades do governo, qual o grau de liberdade que terá para atuar e quais são suas perspectivas de lucro.

E a década foi perdida também neste campo — é evidente, por exemplo, o avançado grau de obsolescência do parque industrial brasileiro — porque ficou todo mundo esperando que o governo de plantão definisse essa política. Ele não só não a definiu como nas áreas específicas em que se meteu — caso típico do setor de informática — o fez de forma absolutamente desastrosa, nadando contra a correnteza.

Se continuarmos esperando, vamos chegar ao terceiro milênio menores e mais pobres do que somos hoje. Quando é o próprio ministro da Fazenda quem, perante os senadores da República, confessa de forma dramática que não há mais condições de controlar o Estado brasileiro; que o governo não tem mais como arrumar a sua própria casa, já passou da hora de as lideranças empresariais brasileiras tomarem as rédeas da economia e prepararem, elas próprias, um projeto de desenvolvimento para o país.

Este é o caminho — o único caminho, aliás. E o que não nos deixa desanimar é o fato de observarmos que ele já começa a ser trilhado em várias partes do país. Um exemplo foi a criação, na semana passada em Belo Horizonte, pela Fundação Dom Luciano Cabral, do Centro de Tecnologia Empresarial. O CET é um núcleo institucional privado, especificamente dedicado a promover a ampliação da capacidade gerencial do empresariado brasileiro, com a finalidade de prepará-lo tecnicamente para acompanhar toda a evolução recente da economia mundial e para que possa incorporar, no menor prazo de tempo possível, as conquistas tecnológicas das nações plenamente desenvolvidas. Tudo longe da SEI, do CDI e de outros cartórios que só servem para entravar o desenvolvimento industrial do país.

É importante notar que esta experiência inédita está sendo realizada fora do maior e mais tradicional núcleo industrial do Brasil (São Paulo), em uma região de industrialização recente. Vai atender lideranças empresariais emergentes, sem ligações com entidades de classe mais tradicionais e com uma nova mentalidade. Uma mentalidade diferente da das velhas lideranças como as situadas aqui no Estado de São Paulo, acostumadas a uma estrutura econômica profundamente cartorial e que temem a concorrência de empresas novas e mais dinâmicas.

Esse Brasil pouco conhecido é fruto de um amplo processo de descentralização industrial e da abertura contínua de fronteiras agrícolas, propiciado pelo dinamismo empreendedor de empresários dispostos a correr riscos, a investir, a gerar empregos, a circular riquezas, a ampliar o mercado interno e a conquistar o mercado externo.

Enquanto as velhas lideranças empresariais cultivam um discurso choramingoso criticando retoricamente a intervenção do Estado na economia, mas aproveitando seu acesso às autoridades brasileiras para ampliar suas vantagens e prerrogativas, essas novas lideranças — que estão surgindo em todo o País — trabalham e reinvestem seus lucros na expansão de suas atividades. Enquanto as velhas lideranças se empenham em manter o mercado informalmente zoneado, negociando seu apoio político à corte de Brasília em troca de favores, as novas lideranças desenvolvem tecnologias, criam novos produtos, ocupam espaços e preparam tanto seus filhos quanto seus executivos para seguirem sua trajetória como verdadeiros empreendedores, forjando assim uma atividade empresarial dinâmica e impregnada dos valores do mundo desenvolvido.

Simplistas em sua visão de mundo, já que estão acostumadas a refletir apenas em função de problemas conjunturais e de seus interesses imediatos, as velhas lideranças perdem cada vez mais representatividade e legitimidade. Uma prova disso é o fato de que estão literalmente perdidas no debate sucessório, procurando fazer acertos com quase todos os candidatos, inclusive com os que são frontalmente contrários à economia de mercado. Com receio dos debates, tais lideranças se fecham em suas próprias entidades, impedindo a sua revitalização e modernização. Foi por isso que, na Assembléia Nacional Constituinte, fracassaram estrondosamente. Lutaram apenas para manter seus privilégios atuais e não para defender os princípios fundamentais da economia de mercado.

Sem receio das discussões abertas e conscientes de que seus interesses não são expressos e defendidos de maneira competente e conseqüente pelas entidades tradicionais, as lideranças emergentes têm, com sucesso, criado novos foros para debates e novos centros para o aprofundamento de suas idéias e teses. Preocupadas com uma visão estrutural do Brasil contemporâneo e convencidas de que os problemas circunstanciais se esgotam em si mesmos, tais lideranças partem do princípio de que falta ao país um projeto político, econômico e social — e é a consecução desse projeto que lhes interessa. A elaboração de um programa coerente, orgânico e consistente de reformas econômicas é o que eles sabem que precisam. Só assim será possível realizar as reformas sociais urgentes de que o país necessita e garantir a modernização institucional da nação brasileira.

Esta é a única maneira de evitarmos, daqui a dez anos, uma nova choradeira por outra década perdida: ignorar o governo e trocar o capitalismo dos cartórios por um capitalismo de verdade.